

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

VANDECI TEREZINHA DE LIZ SILVEIRA

**O ARTESANATO EM VIME E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA EM RIO RUFINO, SC.**

LAGES-SC
2016

VANDECI TEREZINHA DE LIZ SILVEIRA

**O ARTESANATO EM VIME E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA EM RIO RUFINO, SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
vinculado ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Regional Sustentável da
Universidade do Planalto Catarinense,
apresentado à banca de avaliação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto
Locks

Linha de pesquisa: Desenvolvimento,
Trabalho e Estrutura Social.

**LAGES-SC
2016**

O ARTESANATO EM VIME E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA EM RIO RUFINO, SC.

Vandeci Terezinha de Liz Silveira¹; Geraldo Augusto Locks²

Resumo

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense realizado no campus São Joaquim, é descrever as condições e potencialidades da produção e comercialização do artesanato em vime no município de Rio Rufino, SC. Propõe também a economia solidária como estratégia de geração de trabalho e renda tendo como protagonista, um grupo de mulheres afrodescendentes e consideradas pobres, de uma das localidades do município conhecida pela denominação de Divino Espírito Santo. A metodologia de pesquisa consiste em pesquisa bibliográfica, trabalho de observação no campo empírico, configurando estudo de caso. Os referenciais teóricos utilizados advêm de sites especializados e de autores que refletem sobre a economia solidária e a relevância da atividade artesanal do vime enquanto oportunidade de geração de trabalho e renda, como Singer, Wellen e Arruda. A economia solidária como meio de inclusão social e produtiva se orienta pelos princípios da autogestão, solidariedade, distribuição equitativa do resultado do trabalho entre seus membros, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com o entorno social. O cultivo e trabalho artesanal do vime faz parte da cultura local. Portanto, sensibilizar, mobilizar pessoas em torno da atividade do vime, por meio da organização formal ou informal é um dos resultados esperados deste projeto.

Palavras-chave: Artesanato em Vime; Economia solidária; Inclusão social; Desenvolvimento regional sustentável.

¹ Pedagoga, Servidora Pública e discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense.

² Antropólogo, Dr. em Antropologia Social e Docente Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense

Abstract

The objective of this study is to describe the conditions and potentialities of the production and commercialization of wickerwork in the municipality of Rio Rufino, SC, Brazil. It also proposes solidarity economy as a strategy for generating work and income, with a group of Afro-descendant women considered as poor, from one of the localities of the municipality known as Divino Espírito Santo. The research methodology consists of bibliographical research, observation work in the empirical field, configuring a case study. The theoretical references used come from specialized websites and authors that reflect on the solidarity economy and the relevance of the wicker craft activity as an opportunity to generate work and income, such as Singer, Wellen and Arruda. Solidary economy as a means of social and productive inclusion is guided by the principles of self-management, solidarity, equitable distribution of the result of work among its members, care for the environment and responsibility to the social environment. The cultivation and artisan work of wicker is part of the local culture. Therefore, sensitizing, mobilizing people around the wicker activity, through formal or informal organization is one of the expected results of this project.

Keywords: Wicker Crafts; Solidarity economy; Social inclusion; Sustainable regional development.

Introdução

O município de Rio Rufino teve sua emancipação político-administrativa em 1991. Localizado no Planalto Serrano e tem seus limites com os municípios de São Joaquim, Urupema e Bom Retiro. Circunscreve-se numa área territorial de 282,2 km². Distância da Capital da Capital de Santa Catarina de 167 km. A última estimativa populacional foi de 2.487 (IBGE, 2016). O mapa Figura 1, em anexo, ilustra sua localização no estado de São Catarina.

É conhecido pela capital nacional do vime. Destaca-se no cenário nacional, por ter nesta cultura, excelentes lavouras. O vime é uma cultura natural nesta região banhada pelo Rio Canoas. É reconhecido como um dos grandes rios da região, apresentando-se aí com muitas quedas d'águas, margens alagadas propiciando o crescimento natural desta planta. Um dos eventos marcantes é a realização da “Festa do Vime” em novembro de cada ano. (ADR, 2016)

O município por suas características geográficas também reúne potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, esta não é objeto de política pública nem tem sido de interesse dos agentes da sociedade local. (PMRR, 2015)

O nome da cidade é uma referência ao agricultor Rufino Pereira, morador da região no início do século XX. Hoje, com 3.000 habitantes, Rio Rufino mantém a economia baseada na agricultura familiar, com culturas tradicionais como feijão e milho, e a criação de gado de corte e leite. (PMRR, 2015)

A temática da economia solidária é compreendida como outro modo de produção tendo como característica central a autogestão e a apropriação coletiva dos meios por parte dos que trabalham com eles. Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, participativa e atuante, focado na autogestão. Pode-se dizer que, politicamente, a economia solidária é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, construída a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Desse modo ela viabiliza a geração de trabalho e renda e fortalece o desenvolvimento sustentável. A partir desses princípios e valores desta “outra economia”, este estudo coloca em debate o cultivo do vime e valorizar o artesanato constituinte da tradição cultural dos munícipes de Rio Rufino.

A questão norteadora deste estudo é se a produção e utilização do artesanato e comercialização do vime em Rio Rufino orientada pelos princípios e valores da economia solidária pode se constituir numa estratégia de inclusão social e produtiva envolvendo um grupo de mulheres afrodescendentes da localidade do Divino Espírito Santo?

Em síntese, o texto procura descrever as condições e, potencialidades da produção e comercialização do artesanato em vime do município de Rio Rufino, propondo a economia solidária enquanto estratégia de geração de trabalho e renda e tendo como protagonistas, um grupo de mulheres da localidade do Divino Espírito Santo.

Material e Métodos

Foi realizado estudo descritivo com base em pesquisa documental, revisão de literatura, observação da realidade e de dados disponíveis nas repartições e sites da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, do Governo do Estado, Governo Federal e SEBRAE.

Resultados

O cultivo do vime se concentra hoje na Serra Catarinense, nos municípios de Rio Rufino, Bom Retiro, Bocaina do Sul, Urubici, Urupema, Paineira e Lages, de onde se expandiu para outras regiões do estado (Rio dos Cedros e Garuva) e do país. É uma atividade que não demanda insumos externos à propriedade, para a produção do vime é necessário somente uma fonte de água próxima à lavoura, o solo e a mão de obra do agricultor. Vale destacar que a Estação Experimental de Lages possui uma coleção de espécies e de clones de vimes de diversas procedências como, por exemplo, da Alemanha, França, Itália e Argentina e outros países, com o objetivo de produzir material para produção de energia, para floricultura (uso “in natura” e desidratado) e para artesanato e móveis. (ARRUDA,2009).

Nos últimos tempos, no entanto, uma nova cultura ganhou força na região: o vime. Originário da Europa Central e Ásia, o arbusto encontrou na Serra Catarinense condições ideais de desenvolvimento. Uma combinação de fatores a altitude, a temperatura amena e a abundância de água - faz com que os vimeiros cultivados na cidade ganhem porte de árvore e ultrapassem dez metros de altura, três vezes mais do

que o convencional. Com isso, a região já concentra 90% da produção nacional - além de Rio Rufino, o vime está sendo cultivado em Bom Retiro, Bocaina do Sul, Urubici e Palmeira. Fonte: Roteiros Turísticos Regionais. (SEBRAE, 2013).

Pode caracterizar o município de Rufino como pobre, pois segundo dados do IBGE relacionados ao Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros - 2003, a incidência de pobreza em Rio Rufino atinge 25,9% da população do município. A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência.

Estes dados indicam a necessidade de alavancar políticas públicas capazes de gerar inclusão social e produtiva dos sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social e sem acesso aos direitos de cidadania. Considerando que o município já possui uma mão de obra bastante desenvolvida materializadas nas cestarias é necessário investir em produtos artesanais trabalhados em vime em geral.

O artesanato está presente em todas as culturas conhecidas e é importante para o entendimento da história de cada sociedade. De acordo com Soto (2003), “a produção artesanal é uma expressão intimamente ligada à cultura popular, pois é uma resposta às necessidades de uma comunidade, de um povo ou região e perpetua os traços característicos da cultura que a gera”. Jongerward (2002) lembra que os métodos tradicionais e as diversas formas de artesanato refletem milênios de adaptação cultural e mudanças que ocorrem na interface entre culturas, gerações e indivíduos.

A cultura popular sobrevive graças à prática contínua e à transmissão de geração em geração, por imitação e observação direta. Conforme Soto (2003)

Diferentemente da cultura elitista, disseminada através da educação formal e dos meios de comunicação controlados pelos detentores do poder político, a cultura popular precisa do contato direto entre as partes para difundir-se.

Entre os teóricos que estudam o tema artesanato, alguns acreditam que o mesmo deve continuar intacto para manter a cultura e as tradições, outros, porém, acreditam que o artesanato deve acompanhar as necessidades e a evolução do mercado, ou seja, o artesão deve pensar e planejar como configurar um objeto e estudar a forma de fazê-lo. Diante disso, não é possível manter a tradição intacta como uma relíquia, pois como

está inserida num contexto dinâmico, vai se modificando com o tempo, sem por isso perder seu valor ou significado.

A utilização do vime é relatada desde a antiguidade, sendo que em Ur, pátria de Abraão, foram descobertos sarcófagos de vime que datam de mais de 5.000 anos. A bíblia lhe faz referência quando descreve que, no reinado de Ramsés II, no Egito, Moisés foi resgatado das águas do Nilo em uma cesta de vime. (ARRUDA, 2001)

O vime é um material simples de trabalhar, por isso, ideal para o artesanato, as peças prontas podem ser utilizadas de várias maneiras tanto para organizar como para decorar. O artesanato em vime é perfeitamente condizente com a proposição de uma sustentabilidade social, econômica e cultura.

Diante das potencialidades do município no que tange ao cultivo do vime, da presença de uma escola do vime com toda infraestrutura, de grupos sociais que se encontram na exclusão produtiva, torna-se um imperativo investir em processos formativos de pessoas e grupos. Formação humana e profissional requer a participação do poder público, entidades apoiadoras e a participação dos sujeitos interessados. São condições para o artesão produzir com qualidade, agregar valor e desenvolver a cadeia produtiva completa.

Num contexto cultural onde historicamente tem predominado relações de poder materializados na forma do mandonismo, clientelismos, de cidadania assistida e tutelada, conforme aponta Locks (2016), os grupos populares apresentam dificuldades em buscar novas formas de participação, cooperação e solidariedade. Há uma tendência de se reproduzir a apatia, a competição, as formas não participativas e de lideranças autoritárias e centralizadoras. Essas tendências manifestam-se no mundo do trabalho, na família, na escola, enfim, dentro da comunidade, como se observa nas relações sociais cotidianas.

É absolutamente necessário ter respeito pelo “saber” das pessoas. Cada comunidade tem seus saberes e fazeres arraigados entre seus participantes. Antes de mais nada, torna-se imprescindível prestar atenção aos diálogos e às ações dos mesmos. A inserção na comunidade tem de ser feita moderadamente, sem proposições súbitas de mudanças na cultura local, que poderia resultar em choque e rejeição por parte das pessoas. “...Com cuidado e humildade, como alguém que pede licença para poder participar” (CAMPOS et al., 1996).

Em visita à comunidade do Divino Espírito Santo onde vivem cerca de 250 pessoas, observa-se que o lugar tem uma natureza preservada e belíssima, com araucárias e mata nativa. A comunidade é afrodescendente, oriundos de uma geração de remanescentes quilombolas, neste, poucas mulheres têm emprego formal, a maioria depende do trabalho temporário na lavoura de fumo, vime e maçã. E os homens, com a escassez de oportunidades de emprego, dependem da contratação durante a safra agrícola que é sazonal. Por isso, estes trabalhadores partem de Rio Rufino para buscar emprego nos municípios vizinhos, onde são contratados para serviços temporários. As mulheres quando permanecem em casa ocupam-se com os cuidados de filhos e netos. Em geral, as crianças, estudam até a 5ª série; é frequente casos de mães adolescentes. Apesar da pobreza, "as morenas do divino" como são carinhosamente chamadas, são vaidosas, sonham, aspiram e querem ter uma vida melhor. As mulheres possuem raízes culturais nas quais se pode denotar práticas sociais de economia solidária.

A economia solidária no Brasil, a partir de 2003 tornou-se uma política pública. Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES),³ esta economia é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os segmentos, incluindo populações mais excluídas e vulneráveis; organizam-se de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho. Desse modo buscam alcançar sua emancipação por meio de milhares de empreendimentos econômicos solidários quando acessam ao trabalho e geram renda. Ainda segundo o Fórum Brasileiro, as iniciativas de projetos produtivos se expressam em cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Refletindo as potencialidades da economia solidária, segundo, Singer (2002, p.10), “economia solidária não se limitaria ao espaço interno da organização, mas abarcaria toda a estrutura social: a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Constata-se também, citado por Wellen (2012, p.56), que

³ <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em 05/02/2017

No Brasil, o elevado desemprego dos últimos anos vem provocando a proliferação dessas associações econômicas de inspiração igualitária e democrática, que assumem formas de cooperativa, pré-cooperativa, empresa de autogestão e clube de trocas de mercadorias e serviços mediante o uso de uma moeda alternativa de circulação local. Todo esse conjunto é chamado economia solidária (SOUZA, CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p.7).

A cooperação e solidariedade no mundo do trabalho estão presentes na cultura regional sendo conhecida pelas práticas do “mutirão” ou do “pixurum”. Locks (1998) constata estas práticas em seus estudos antropológicos realizados no município de São José do Cerrito/SC. Populações cujo grupo étnico é denominado de “caboclos” apresentam num passado longínquo e no presente práticas de economia solidária. Grupos formais e não formais, podem atualmente ser identificados no meio rural, no cultivo de hortaliças, criação de frangos, organização de feiras. Isto permite pensar, que aquelas mulheres afrodescendentes da localidade do Divino Espírito Santo por compartilharem valores culturais, deter uma ancestralidade marcada pela cooperação e a solidariedade na obtenção dos bens necessários à vida, são sensíveis e reúnem valores socioculturais que permitem ancorar esta “outra economia”.

Foi na virada para o século XXI que a economia solidária foi se desenvolvendo na serra catarinense. Branco (2016) realiza um estudo sobre a economia solidária no Planalto Catarinense, identificando a organização e o seu desenvolvimento enquanto política pública. Mostra que Lages, município polo regional, conta com lei municipal de economia solidária, constituição de conselho municipal e que por sua vez cria o Fundo Municipal de Economia Solidária. Isto evidencia que na convergência de interesses e vontades da sociedade civil organizada e o Estado por meio de seus governos, esta economia pode avançar e se constituir numa excelente estratégia de desenvolvimento regional. Branco (idem, 2016), reflete também sobre os limites e possibilidades existentes nos empreendimentos econômicos solidários. De modo que já existe uma prática e um conhecimento acumulado possibilitando que a proposta refletida neste trabalho se traduza na realidade histórica.

Esta proposição direcionada ao grupo de mulheres deverá se articular com a escola do vime existente no município. Ela foi inaugurada em 2008, com um investimento de R\$ 300 mil do governo do Estado, implantada, para promover o crescimento da cadeia produtiva do vime e melhorar a competitividade no mercado, aumentar a geração de renda e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nesta região.

A escola de vime está desativada, possui um barracão e maquinários para produção de artesanato em vimes. Essa realidade, segundo depoimento ouvido na observação de campo, é muito frustrante para a comunidade e demais moradores do município. A questão a ser refletida criticamente é a ocupação desta escola e de que modo à comunidade em geral pode se apropriar da mesma uma vez que se trata de uma complexa estrutura na qual foram investidos recursos públicos.

Discussão

Em Santa Catarina o vime está presente há quase um século, acompanhando principalmente os imigrantes italianos. Introduzido juntamente com a vinicultura, persistiu ao longo do tempo com diversos usos e aplicações, com destaque para a proteção de barrancas de rio, fabrico de canoas, cangas de boi, calçados (tamancos) e artigos trançados de uso doméstico (cestas, balaios, gaiolas, etc.). É utilizado ainda em paisagismo, fabrico de brinquedos, amarração de vegetais (parreiras e kiwi), bioenergia, fitorremediação (descontaminação de solos e lençóis freáticos), na fitoterapia e na terapia ocupacional. (ARRUDA, 2001)

Segundo a EPAGRI (1998), na região da Serra Catarinense, um número considerável de famílias rurais tem como atividade e renda principal o cultivo do vime. A cultura do vime, considerada de alta densidade econômica principalmente quando a cadeia produtiva se completa localmente, possibilitando que a comunidade convirja numa proposta de desenvolvimento endógeno, conjugando o processo produtivo, o processamento pós-colheita e a finalização em artesanato. Isto tem implicações sociais, econômicas e culturais para as políticas promotoras de um desenvolvimento regional sustentável.

As plantas de vime (*Salix* spp) desenvolvem-se bem em solos com alta disponibilidade de água. Assim o seu cultivo é favorecido em locais úmidos. Pode apresentar impacto ambiental não desejável quando utilizados técnicas convencionais de fertilização mineral solúvel e uso de agrotóxicos de alta persistência para o controle de pragas e doenças (EPAGRI 1998).

Por esses motivos, o vimeiro deve ser manejado de modo a provocar baixo impacto ambiental e a nula contaminação dos recursos hídricos. Assim o manejo fitossanitário da cultura do vime deve ser realizado de forma ecológica, e vem sendo produzidas com baixa agressão ao meio ambiente. Por se desenvolver bem em terras

úmidas, localizadas nas baixadas, o vimeiro exerce certa função de filtro natural das enxurradas, retendo material grosseiro e restos orgânicos, reduzindo assim o risco de eutrofização dos cursos hídricos próximos aos cultivos (EPAGRI 1998).

As plantas ainda auxiliam na recicla nutrientes, na preservação do solo, na melhora a qualidade da água e na proteção das margens dos rios. Portanto, o sistema de cultivo adotado para o vimeiro é correto para a preservação do meio ambiente, onde para a condução e manejo dos vimais sustentabilidade da atividade não se recomenda o uso de agrotóxicos e de fertilizantes com elevada solubilidade em função da proximidade dos vimais com o rio (EPAGRI, 2006).

A produção anual em Rio Rufino é de 15.790 toneladas de varas verdes (cerca de 6000 toneladas de varas secas, prontas para o artesanato). Se comercializada na forma de varas verdes a estimativa de renda anual é de R\$ 2,36 milhões, uma vez que as oscilações no preço recebido pelos agricultores são um dos principais entraves à atividade. (EPAGRI, 2011).

O vime, cujo cultivo pouco depende de recursos externos à propriedade, tornou-se importante fonte de renda e contribuiu para a permanência de significativo número de famílias no campo. A atividade contribui para a manutenção das unidades produtivas, ocupando a mão de obra local. Remunera essencialmente os fatores internos de produção (mão de obra e recursos naturais).

O processo produtivo do vime é ambientalmente recomendável, no município de Rio Rufino e região serrana, o volume de artesanato produzido regionalmente é incipiente quando comparado à produção de matéria prima.

Apenas 10% do total colhido são transformados nos municípios produtores, o que confirma a baixa apropriação, pelos agricultores e artesãos, dos recursos gerados pela atividade na região. É necessário estimular a produção local de artesanato com melhor acabamento, pela introdução de novas técnicas e novos desenhos que atendam o mercado consumidor, mudando a realidade atual, onde 90% da produção é comercializada na forma de varas, para outras regiões do Estado e do país. Cabe salientar que no processo de transformação artesanal, 800 a 1000 quilos de varas secas são suficientes para uma pessoa trabalhar o ano inteiro na confecção de peças. A produção anual gera ocupação para 6.000 a 7.500 pessoas, trabalhando em tempo integral, somente no artesanato, sem considerar o restante da cadeia produtiva. (EPAGRI, 2011).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem⁴.

A cooperação e solidariedade no mundo do trabalho está presente na cultura regional sendo conhecida pelas práticas do “mutirão” ou do “pixurum”. Locks (1998) constata estas práticas em seus estudos antropológicos realizados no município de São José do Cerrito, SC. Populações cujo grupo étnico é denominada de “caboclos” ou se autodenominam de “brasileiros” apresentam num passado longínquo e no presente práticas de economia solidária. Grupos formais e não formais, podem atualmente ser identificados no meio rural, no cultivo de hortaliças, criação de frangos, organização de feiras. Isto permite pensar, que aquelas mulheres afrodescendentes da localidade do divino por compartilharem valores culturais, deter uma ancestralidade marcada pela cooperação e a solidariedade na obtenção dos bens necessários à vida, são sensíveis e reúnem valores socioculturais que permitem ancorar esta “outra economia”.

À medida que a atividade ganhou importância regional, produtores e suas lideranças sentiram a necessidade de melhorar o sistema produtivo e agregar valor ao produto pela transformação artesanal local. No entanto existem muitos entraves encontrados por agricultores e artesãos entre eles os maiores são, a baixa agregação de valor à matéria prima, dificuldade de acesso ao mercado consumidor; pouca tradição em trabalhos associativos e dificuldade de incorporação de novas técnicas de produção e transformação artesanal.

A escola de vime existente no município está desativada, possui um barracão e maquinários para produção de artesanato em vime, inoperante. Essa realidade, segundo depoimento ouvido na observação de campo, é muito frustrante para os moradores da comunidade e demais moradores do município. A questão a ser refletida criticamente é a ocupação desta escola e de que modo a comunidade em geral pode se apropriar da mesma uma vez que se trata de uma complexa estrutura na qual foram investidos recursos públicos.

⁴ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>

Considerações finais

No decorrer deste texto tivemos oportunidade de evidenciar e refletir sobre diferentes aspectos do Projeto de Pesquisa construindo no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Demonstramos que o município de Rio Rufino se apresenta como excelente espaço de desenvolvimento da cultura do vime quando observado a partir de seu contexto histórico e condições geográficas, climáticas e hidrográficas. Que, o artesanato neste campo, se trabalhado na sua cadeira produtiva completa pode se constituir em excelente oportunidade de trabalho e agregação de renda. Convém destacar que na sede do município existe a casa do vime, um investimento público, absolutamente em desuso e sem perspectiva de uma destinação social e econômica. Ou seja, a comunidade local tem nesta escola a possibilidade real de implementar esta economia no município. Identificamos, particularmente no segmento étnico afrodescendente da localidade do Divino Espírito Santo, um grupo de mulheres, sem acesso aos direitos da cidadania, onde a exclusão social e produtiva é o desafio a ser enfrentado. Finalmente, apontamos a economia solidária com seus valores e princípios como uma estratégia de inclusão e garantia de direitos tendo no grupo de mulheres a possibilidade de materializar esta política geradora de trabalho e renda, podendo inclusive fazer uso da escola do vime enquanto infraestrutura já implantada.

Referências Bibliográficas

ADR - Agência de Desenvolvimento Regional. **Municípios da ADR**. Disponível em <<http://www.adrs.sc.gov.br/adrsaojoaquim/municipios-da-adr>>. Acesso 16 de novembro de 2016.

ARRUDA, A. E. A. **Importância econômica da cultura do vime para a agricultura familiar de Rio Rufino**. São Joaquim/SC, 2001. 39 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Universidade do Oeste de Santa Catarina.

_____. EPAGRI Regional de Lages **Relatório de atividades do projeto regional do vime da Serra Catarinense – UGT-3** dezembro de 2009.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social e Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. <http://www.epagri.rct-sc.br>. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades – Santa Catarina – Rio Rufino**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/folder.php?lang=&codmun=421650&search=santa-catarina|sao-joaquim|carta-aos-eleitores-e-folder-informativo>>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

JONGERWARD, C. **Sustainable livelihoods within global market places: rural artisans in thailand**. *Women & Environments International Magazine*, Spring2002, Issue 54/55.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito, SC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação (PPGAS). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

_____. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: (Org.) YAMAGUCHI, Cristina Keiko; TURRA, Neide Catarina; STRASSER, Andreia Terezinha Borges. **Visão Contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages, Ed. Uniplac. 2016.

PMRR SITE. **Prefeitura Municipal de Rio Rufino**. disponível em <http://www.riorufino.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/12108>.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**. Rio Rufino/Sebrae/SC. Florianópolis/SC, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOTO, A. S. **Las artesanías y el diseño**. In NOVELO, V. (coord.) La capacitación de artesanos en México, una revisión. México D.F.: Plaza y Valdes, 2003.

<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em 05/02/2017

WELLEN, Henrique. **Para uma criticada economia solidária**. São Paulo: Outas Expressões, 2012.

ANEXO

Figura 1 Localização de Rio Rufino no estado de Santa Catarina

Fonte: IBGE, 2016.